

A construção da Cultura da Paz pelos idosos: o caso do Comitê da Paz de Bairro da Penha - Vitória (ES)

Building the Culture of Peace by the elderly: the case of the Peace Committee from Bairro da Penha – Vitória (ES)

Maria da Penha Almeida Fehlberg

RESUMO: Esta pesquisa pretende conhecer o papel dos idosos e seu trabalho realizado no Comitê da Paz de Bairro da Penha, enquanto fomentador de uma nova cultura, a Cultura da Paz. Os sujeitos da pesquisa são os idosos do Comitê da Paz, que vêm exercendo papel de multiplicadores no bairro, privilegiando a Educação não formal na mudança de cultura da violência para a Cultura da Paz. O objetivo é conhecer a contribuição dos idosos na construção da Cultura da Paz e como esta nova cultura vem impactando suas vidas. Neste estudo, o método utilizado foi a pesquisa qualitativa, descritiva do tipo estudo de caso. A coleta de dados foi efetuada por meio de análise de relatórios e atas, sendo utilizada também a observação. Entrevistou-se ainda a Assistente Social do Comitê com roteiro semiestruturado composto por perguntas abertas e fechadas, priorizando uma análise qualitativa dos dados obtidos.

Palavras-chaves: Cultura; Paz; Violência; Idosos; Educação.

ABSTRACT: *This research aims to understand the role of the elderly and the job done by them in the Peace Committee of Bairro da Penha, while developers of a new culture, the Culture of Peace. The objective is to evaluate the contribution of elderly in building the Culture of Peace and how this new culture is impacting on their lives. In this study, the method used was qualitative research, descriptive case study. Data collection was conducted through analysis of reports and minutes, and also used observation. The Assistant Social of the Committee was interviewed using a semi-structured screenplay composed by open and closed questions, prioritizing a qualitative analysis of the data obtained.*

Keywords: *Culture; Peace; Violence; Youth; Education.*

Introdução

O Brasil vem apresentando um dramático aumento do crime e da violência nas últimas décadas, caracterizando um sério problema econômico e social, principalmente nas áreas urbanas (Abramovay & Castro, 2002), sendo a violência um fenômeno multicausal, definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como “a imposição de um grau significativo de dor e sofrimento evitáveis”.

Dados do Mapa da Violência de 2012 apontam um crescimento da violência de 346% em tres décadas e este alto risco de morte por homicídio, é uma questão de saúde pública no entender de Fefferman (2005). Em vários estados brasileiros, incluindo-se o Espírito Santo, os homicídios são responsáveis por mais da metade das mortes de jovens, em sua maioria do sexo masculino, negros e proveniente das parcelas mais vulneráveis da sociedade.

De acordo com o SIM/DATASUS (2012), a análise dos registros de homicídios no Espírito Santo e, em particular, na Grande Vitória, nos últimos dez anos, mostra um crescimento ininterrupto, sendo que em 2010 foram registrados 1.761 homicídios. Na cidade de Vitória, a terceira capital brasileira em qualidade de vida (IDH = 0,856), paradoxalmente esse indicador não se reflete na sensação de segurança da população, nem nos índices de criminalidade registrada.

Tendo em vista esses dados, a Prefeitura Municipal de Vitória, a partir do ano de 2005, através da Secretaria de Segurança Urbana, amplia sua ação, antes focada mais na guarda municipal e trânsito, para o enfrentamento da violência urbana, fazendo o trabalho de prevenção à violência, implantando os Comitês da Paz nos bairros com altos índices de violência. Há uma busca pelas lideranças positivas comunitárias, religiosas, juventude, idosos, equipamentos sociais, famílias e todas as organizações presentes no bairro, visando ao envolvimento de toda a comunidade e reunindo recursos e estratégias para promover o processo educativo de respeito às diferenças e de mudança de cultura.

A proposta é a busca da transformação da cultura da violência na Cultura da Paz, utilizando-se a Educação não formal para alcance deste objetivo. No presente estudo, será tratado o trabalho desenvolvido com os idosos da comunidade, que desempenham importante papel de liderança nos fóruns locais, sendo reconhecidos pelo Poder Público como sujeitos fundamentais nesse processo, devido a sua grande inserção social. Dessa

forma, a Secretaria de Segurança Urbana, através de sua Gerência de Prevenção à Violência, busca envolver os idosos em seu trabalho educativo, de forma a torná-los protagonistas da mudança cultural proposta.

Assim, esta pesquisa objetiva conhecer o trabalho realizado junto aos moradores da comunidade em geral e saber qual o papel do idoso no Comitê da Paz, enquanto fomentador de uma nova cultura, a Cultura da Paz. Para o alcance dos objetivos propostos, os sujeitos da pesquisa são efetivamente os idosos do Comitê da Paz, exercendo seu papel de liderança, de multiplicadores da Paz nos bairros, que tenham tido capacitação na Metodologia participativa e que estejam engajados no trabalho desenvolvido no Comitê, assim como envolvendo a Assistente Social responsável pelas ações no bairro.

O Comitê da Paz, composto por lideranças positivas do bairro (igrejas, comerciantes, escolas, associações, grupos organizados estando, entres estes grupos, os idosos), constitui-se de aproximadamente 30 membros, que tem como critério para sua formação, o convite feito às lideranças do bairro, para participarem das reuniões de implantação do Comitê e do treinamento para comporem o grupo de trabalho na comunidade.

A metodologia adotada no trabalho com as lideranças idosas privilegia a Educação não formal na mudança de cultura da violência para a Cultura da Paz, contribuindo na construção dessa cultura junto aos moradores do bairro. Para tanto, a metodologia de pesquisa utilizada foi o estudo descritivo qualitativo, do tipo Estudo de Caso. Na coleta de dados, foi utilizada a pesquisa documental em relatórios e atas do Comitê, a observação e entrevistas semiestruturadas, com perguntas abertas e fechadas, focando a participação dos idosos no Comitê da Paz e a compreensão do seu papel na transformação cultural almejada.

Após a coleta de dados, foi efetuada a análise qualitativa dos mesmos, sendo observado o emergir de duas temáticas: a importância do papel do Comitê da Paz para o Bairro da Penha no enfrentamento da violência e o papel fomentador da Cultura da Paz exercido pelas lideranças idosas por sua grande inserção social e protagonismo.

Metodologia Participativa

É o método utilizado nos Comitês da Paz, baseado no Método Pedagógico Construtivista Libertador, criado pela Assistente Social Helena Bertho da Silva (1996), que se desenvolveu baseado nos ensinamentos de Paulo Freire, Jean Piaget e Carl Rogers.

Como a prática se desenvolve nos Comitês da Paz, que são grupos compostos de pessoas de todas as faixas etárias, entre elas o idoso, é importante observar o que afirma Carl Rogers:

A força das mudanças em atitudes e comportamentos pode ser obtida em um grupo (...) em minha opinião, o invento social do século, que mais rapidamente se difunde, e provavelmente o mais forte; (...) haverá sempre grupos, enquanto os homens sobreviverem neste planeta. (1978: 9-17).

Com este pensamento no poder do grupo, Carl Rogers acreditava na importância do grupo para os indivíduos e nas relações humanas para a sociedade e, em seu trabalho com grupos de lazer, ensinava os indivíduos a observar a natureza de suas interações recíprocas e o processo de grupo.

O Método utilizado pelo Comitê não se baseia somente na Teoria Organizacional ou Humanitária de Carl Rogers, mas também na Cognitiva de Jean Piaget, que afirma que o desenvolvimento da inteligência se faz de forma graduada em que as estruturas do pensamento devem estar preparadas para a assimilação do conhecimento, já que o conhecimento está ligado às ações e não somente à verbalização.

Na verdade, o sustentáculo central deste Método de trabalho tem ainda como base a Teoria Social de Paulo Freire, que coloca técnicos e usuários dos serviços em situação de igualdade e respeitando-se mutuamente, dialogando, constroem uma nova realidade.

Paulo Freire (2008) desenvolveu um trabalho que o tornaria conhecido no mundo, fundado no princípio de que o processo educacional deve partir da realidade que cerca o educando, de forma democrática, construído pela base, e que o passo fundamental no processo de despertar para a consciência crítica ocorre quando o oprimido começa a reconhecer sua própria dignidade. A abordagem é centrada no educando, enfatizando a discussão, o diálogo, a comunicação, respeitando seu conhecimento e capacidade de assumir a própria aprendizagem.

No entender de Paulo Freire (2008), a práxis se dá pela reflexão e ação dos homens sobre o mundo, buscando transformá-lo. Há um encontro entre educador e educando, em que ambos são sujeitos, que não somente desvelam, mas conhecem criticamente a realidade e conseguem recriar este conhecimento. Ao alcançar, na reflexão e na ação em comum, este saber da realidade, descobrem-se como seus refazedores permanentes. Desse modo, a presença dos oprimidos na busca da liberdade, mais que de participação, deve ser de engajamento, visto que existir implica modificar o mundo, torná-lo mais humanizado.

Assim, a assistente social Helena Bertho da Silva (1996), compreendendo os ensinamentos destes três autores, construiu seu Método de trabalho comprometido com as transformações, acreditando que todos nós somos passíveis de sofrer mudanças comportamentais.

A opção é por um trabalho de educação permanente e continuada (Tragtenberg, 2004), em que jovens e idosos se situem em pé de igualdade, para aprender e ensinar, e que ambos têm essa capacidade e podem explorá-la, exercitando a liberdade. Isso se dá num processo em que se estimula a participação, a atitude ética, o processo empático, de mudança, de respeito mútuo e uma prática de caráter pedagógico sociocultural, sustentado no tripé: grupo-ação-reflexão, necessários para a ação educativa, conforme Brandão (como citado em Silva, 2006: 28).

No trabalho com os grupos nas comunidades, que se constituem nos Comitês da Paz, ocorre inicialmente uma capacitação, para que os sujeitos possam assumir seu papel de liderança positiva; os idosos, parte destas lideranças, apoderam-se, através deste método, de conhecimentos que levam ao exercício da sua liberdade, de conhecimento de direitos e de que são facilitadores em suas comunidades, possibilitando sua valorização e desenvolvimento de sua autonomia.

A capacitação para os integrantes do Comitê da Paz, que são voluntários, ocorre através de cursos onde são trabalhados os temas: Direitos Humanos, Mediação de Conflitos, Cidadania, Saúde, entre outros. Na sequência do curso, são trabalhados, em reuniões mensais, temáticas diversas para reforço dessa aprendizagem, o que possibilita o *feedback* para os membros do Comitê e equipe técnica, instâncias importantes nesse processo.

Para que, de fato, os idosos estejam preparados como lideranças positivas e se assumam como mediadores de conflitos, torna-se necessário observar as relações

interpessoais, o respeito ao outro, fundamentais neste processo. É importante também que os profissionais que atuam no Comitê da Paz, tenham presente o papel do intelectual orgânico, colocando-se a serviço da comunidade, com disposição de trabalho e criatividade para fazê-lo, conforme Gramsci (2004).

Como observado por esta pesquisadora, os idosos do Bairro da Penha são muito participativos em todo o processo de capacitação para se tornarem os mediadores de conflitos, as lideranças positivas do bairro, uma vez que apresentam livre trânsito por toda a comunidade, conseguindo estar presentes junto aos grafiteiros, às crianças, aos jovens que optam pelo teatro, entre outros segmentos.

Projeto Vitória da Paz

A Secretaria Municipal de Segurança Urbana, através da Gerência de Prevenção à Violência, considerando o quadro de violência que existe no Município de Vitória (ES), tem o objetivo de contribuir para a promoção da Cultura da Paz por meio de projetos que busquem a prevenção da violência.

Este trabalho é o grande diferencial do Projeto Vitória da Paz, que pretende ampliar a presença do poder público municipal nos bairros da cidade, através de ações intersecretariais, objetivando a prevenção da violência, pois considera baixa a presença do poder público nos locais de maior incidência de violência, fator que pode contribuir para agravá-la ainda mais, entendendo que a presença do Estado pode ser via equipamentos sociais, tais como: escolas públicas, policiamento, atendimentos de saúde, serviços sociais e iluminação pública.

A Prefeitura de Vitória, através do Vitória da Paz, tem chegado às comunidades de forma conjunta, através de um planejamento integrado nas Câmaras Territoriais, como ocorre, por exemplo, no Bairro da Penha. Nestas Câmaras, os técnicos da Prefeitura que atuam em cada regional, identificam as reais necessidades das comunidades e buscam as soluções possíveis dentro dos limites da municipalidade e parcerias, no que depende de outras instâncias como governos estadual e federal.

Nesse sentido, são implementados, dentro do Vitória da Paz, vários projetos, sendo um deles, o Comitê da Paz aqui focado. A Gerência de Prevenção à Violência investe na

difusão da Cultura da Paz, de modo a identificar/fortalecer referências positivas idosas, adultas e jovens da comunidade local, criando um “colchão” para suporte e apoio aos mesmos, fortalecendo/potencializando essas referências positivas e incentivando-as à conclusão/continuidade dos estudos principalmente, capacitando-os para a resolução pacífica de conflitos. Dessa forma, vão-se afirmando posturas positivas, tais como bom humor, tolerância, respeito às diferenças etc., com o objetivo de bloquear o envolvimento com a criminalidade.

Torna-se, assim, o Comitê da Paz o espaço de discussão informal, onde há autonomia para a definição de coordenação pela representação das várias organizações e segmentos locais, que unem forças e otimizam resultados, para a busca de solução pacífica para os conflitos e diminuição de atos violentos.

Busca-se maximizar recursos e atuações, fomentando a atividade e autonomia comunitária, com o intuito de trabalhar a “Cultura de Paz”, através de atividades desenvolvidas pela comunidade (com apoio e/ou suporte municipal), tais como: caminhadas e eventos esportivos, culturais, religiosos etc.

Nesse trabalho em que há o envolvimento das chamadas lideranças socialmente “positivas”, especialmente no caso dos idosos, busca-se a promoção de ações e eventos capazes de gerar e difundir valores, como a tolerância, solidariedade, empatia com os demais, além da valorização da capacidade de aprendizagem dos idosos, e a sua facilidade em multiplicar e reproduzir as informações que lhes são repassadas, já que o projeto busca um trabalho de prevenção à violência nos bairros onde esta atinge os mais altos índices.

Como estratégia metodológica, a Secretaria promove a capacitação das lideranças por meio de um programa, como dito, de estudos de temas diferenciados que contribuem tanto para a compreensão do fenômeno da violência, quanto para a formulação de alternativas locais de encaminhamento de tal problemática e, nesse processo, a presença dos idosos tem sido uma constante, discutindo, buscando entender e envolver a comunidade para a busca de soluções às questões que afligem aquela comunidade.

Cultura da Paz

A busca pela garantia da paz no mundo faz parte da Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, que afirma em seu preâmbulo que o “desprezo e o desrespeito pelos direitos do homem resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade”. Portanto, para que os direitos humanos sejam componentes do direito, cabe ao Estado democrático estar aberto às demandas da sociedade e reconhecê-las, consolidá-las, institucionalizando-as na forma de políticas públicas, que se tornam parte obrigatória da ordem do direito e do Estado.

A Cultura de Paz é uma proposta para que as relações humanas privilegiem o diálogo, a tolerância, a consciência da diversidade dos seres humanos e de suas culturas. Nesse entendimento, a ONU definiu Cultura de Paz na Declaração e Programa de Ação em 13 de setembro de 1999:

Uma Cultura de Paz é um conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida baseados: no respeito à vida, no fim da violência e na promoção e prática da não-violência por meio da educação, do diálogo e da cooperação; no pleno respeito aos princípios de soberania, integridade territorial e independência política dos Estados e de não ingerência nos assuntos que são, essencialmente, de jurisdição interna dos Estados, em conformidade com a Carta das Nações Unidas e o direito internacional; no pleno respeito e na promoção de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais; no compromisso com a solução pacífica dos conflitos; nos esforços para satisfazer as necessidades de desenvolvimento e proteção do meio ambiente para as gerações presentes e futuras. (ONU, 2010).

Existem oito campos de ação, de acordo com a ONU, em que o Estado e a sociedade civil devem atuar, no sentido de garantir a promoção da Cultura de Paz. São eles: a educação para a paz; o desenvolvimento econômico e social sustentável; os direitos humanos; a igualdade entre os gêneros; a participação democrática; a compreensão, tolerância e solidariedade; a comunicação participativa e a livre circulação de informação e conhecimento; a paz e segurança internacionais.

A paz deve ser garantida através de esforços dinâmicos, democráticos, de forma a se buscar a superação de forma pacífica, de tensões e conflitos. Nesse sentido, Milani e Jesus (2003) afirmam que a Cultura de Paz é uma cultura que promove a diversidade pacífica, de modo a incluir modos de vida, padrões de crença, valores e comportamento, em que se reconheçam e se respeitem as diferenças. Nesse sentido, deve ser pauta das políticas públicas, envolvendo a participação cidadã que, segundo Bordenave (1983), amplia a consciência crítica da população, fortalecendo seu poder de reivindicação e a aquisição de mais poder na sociedade.

Dagnino (2002) afirma que a participação deve acontecer nos espaços públicos, espaços de debate, de conflito de ideias, de argumentação, de negociação, alianças e produção de consensos possíveis como seus procedimentos fundamentais, nos quais se reconhecem a pluralidade e a legitimidade dos interlocutores, condição de toda a convivência democrática, valorizando-se o diálogo, o aprendizado da existência e a legitimidade do conflito, como dimensões constitutivas da democracia e da cidadania.

O Estado brasileiro está lidando com a elaboração de políticas públicas referentes à promoção da Cultura de Paz, como é o caso de Vitória (ES), na experiência dos Comitês da Paz, compreendendo a cultura de paz, como um conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida baseados na não violência e que devem ser construídos pelos cidadãos com diálogo, educação.

Velhice

Ao trabalhar com a pessoa idosa, torna-se importante buscar a conceituação existente sobre o envelhecimento, pois o anseio do homem em prolongar a vida, e viver, mantendo a força e a saúde por muitos anos, é tão antigo quanto a humanidade, sendo que as imagens da velhice se alteram de acordo com a época e lugar.

Segundo Maciel, Fehlberg, Berger e Santos (2003), o envelhecimento encerra várias dimensões; aqui vale salientar três aspectos: o biológico, o cronológico e o social. A escolha desses três aspectos não esgota a maneira de classificação. Nesse sentido, Netto e Ponte (1996) entendem que se deve considerar que uma das causas importantes deve ser a

dimensão social, que inclui o fator solidão, que constitui a falta de um papel social ativo, na ausência de obrigação, no excesso de tempo e na ociosidade.

O desengajamento também pode estar incluído na dimensão social, mostrando que, à medida que as pessoas envelhecem, vão se afastando da sociedade, havendo um decréscimo do número de relacionamentos entre indivíduos ao longo do tempo. Dessa forma, poderá haver somente uma preservação de valores antigos, não dando oportunidades de incorporação de novos conceitos ou valores surgidos através dos tempos.

Maciel *et al.* (2003), citando Deps, afirmam que o envelhecimento saudável requer a manutenção de um envolvimento ativo com a vida e, referindo-se à teoria da atividade, afirma que fica explicitado que o bem-estar emocional é, em parte, resultado da interação social e da forma do vínculo social, pois compartilhar das atividades físicas, intelectuais e sociais é importante para que o idoso preserve uma saudável qualidade de vida que contribui notadamente para sua autonomia. Já Carstensen (1995) apresenta a teoria da seletividade socioemocional, que afirma que as pessoas, à medida que envelhecem, recorrem à seletividade relativamente à estabilidade emocional, no sentido de estabelecimento de metas significativas e engajamento em atividades para acalmar suas mentes.

Portanto, em se tratando do termo velhice, qual de seus sentidos deve ser adotado? Esta é uma tarefa complexa, mesmo se pensando a partir da compreensão do próprio idoso. Quando se busca referenciar as palavras utilizadas para designar o envelhecimento, encontram-se alguns substantivos e adjetivos. Por exemplo, a palavra “velho” ou “velhice”, segundo a autora, pode significar: homem idoso, pai, rabugice. Antigamente, era tido como adjetivo, referindo alguém de época remota, gasto pelo uso, antigo e obsoleto.

Assim sendo, várias denominações foram sendo criadas, tais como meia-idade e maturidade, Terceira Idade, melhor idade, juventude acumulada, entre outros. Parece ser um código de comportamento, de expressões corporais e, sobretudo, de expressões de subjetividade, através das quais as experiências individuais de envelhecimento podem ser compartilhadas e negociadas em um contexto marcado pelo surgimento de um discurso científico sobre a velhice e envelhecimento, e por mudanças na forma como indivíduos, ao envelhecer, negociam com imagens estereotipadas da velhice.

Dessa forma, o termo a ser utilizado e aceito acaba atendendo a um critério sumariamente individual, pois está ligado às vivências de cada um, aquelas em que cada pessoa se determina ou, em torno daquilo que seu estado de espírito “sente”. A sensação de “estar” com uma determinada idade é mais forte do que qualquer ruga na face. O indivíduo é que prescreve a sua idade, segundo aquilo que sente interiormente, pois envelhecer é a experiência de cada um. Velhice não é doença; entretanto, é universal, progressiva, declinante e intrínseca, não havendo, até hoje, recurso algum que possamos usar para evitá-la. Só não envelhecerá aquele que morrer precocemente.

Então, de forma objetiva, pode-se definir idoso, de acordo com a Política Nacional do idoso (PNI), Lei n.º 8.842/94, em seu artigo segundo, como pessoa com 60 anos ou mais. O contingente de pessoas idosas tem crescido nos últimos anos, necessitando de ações governamentais adequadas para atendimento das necessidades dessa parcela da população (Dushiade, 1999); assim Fehlberg (2003) aponta como avanço, no atendimento a este segmento da população no Brasil, a instituição da PNI, assim como do Estatuto do idoso, no sentido de estabelecer a obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público para assegurar ao idoso o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à convivência familiar e comunitária.

Portanto, ao mesmo tempo em que o progresso permite que as pessoas vivam por mais tempo, também a sociedade lhes deve proporcionar oportunidades para viverem significativamente os anos conquistados. A isto se propõe o Comitê da Paz, ao buscar a participação dos idosos, pois, ao mesmo tempo, em que se empoderam de suas vidas, podem levar a família, os vizinhos vulneráveis à violência, a uma tomada de atitude para a sua prevenção.

No desenvolvimento da pesquisa também se trabalha com a parcela da população jovem, principal alvo da violência nas comunidades envolvidas pelo Projeto Comitê da Paz, trazendo os jovens para fazerem parte do trabalho desenvolvido, trabalhando com eles, de forma integrada com os idosos, a Cultura da Paz, a mediação de conflitos.

Violência

Violência é termo derivado do latim *violentia*, significando ter caráter violento ou bravo, ter força; o verbo *violare* significa trotar com violência, profanar, transgredir. Tais termos são entendidos no sentido de força, vigor, potência. Mas o que é violência em termos atuais? Especialistas afirmam que o conceito é muito mais amplo e ambíguo do que a mera constatação de que a violência é a imposição de dor ou a agressão cometida por uma pessoa contra outra.

As desigualdades sociais também são formas de violência, sendo que em alguns estudos se observa o protagonismo dos idosos no cenário da violência nas grandes cidades brasileiras. Para Pastorini (2004), esta ausência de Políticas Sociais, que levem ao acesso aos serviços e benefícios no sentido da universalidade, acaba levando à busca de soluções que combinam medidas assistenciais e repressivas.

Dubet (2001) aponta que as desigualdades multiplicaram-se e não se reduzem ao berço ou a posição de classe dos indivíduos, mas que são decorrentes de um conjunto complexo de fatores. Dentre estes, podemos assinalar a homogeneização social diante das transformações produzidas na estrutura social pelo alinhamento dos modos de vida em torno de normas definidas pelas classes médias, e pelo consumo, concentração da pobreza à vida nos guetos e reforço dos processos de estigmatização social.

Tudo isso contribui para a criação, não uma “nova pobreza”, mas uma “multiplicação das desigualdades” em relação, por exemplo, ao aumento da feminilização da população ativa, que engendra diferenças salariais nas diferenças de emprego e renda, as desigualdades étnicas.

Como afirma Pochmann (2004), o país parece insistir na afirmação de políticas ultrapassadas de que não levam à resolutividade quanto às questões sociais existentes, sendo que a participação histórica e precoce de jovens pobres trabalhadores é reveladora não apenas de como a sociedade brasileira vem-se organizando ao longo da sua trajetória, mas do agravamento que potencializa nas famílias pobres a entrada cada vez mais recorrente de seus filhos no trabalho precário, marginal e até em atividades do tráfico de drogas, para compor a renda familiar, assim como o estado de abandono em que vivem seus idosos.

A questão aqui posta é que, numa sociedade dividida em classes, o sistema educacional não é um espaço de neutralidade, mas de disfunção do projeto hegemônico, sendo que as mudanças societárias vêm também dissolvendo a ética, conforme Chauí (1994).

Segundo Castel (1998), além dessa realidade, predomina-se uma situação de pobreza que acaba determinando, além do ingresso do jovem no trabalho precoce, uma “exclusão moral” da escola formal, haja vista uma produção de evasão dos espaços escolares quando os jovens buscam no trabalho alguma forma de rendimento e, por outro lado, uma forma de pertencimento que, no sentido proposto pelo autor, determina ainda o papel desempenhado pelo idoso de provedor de família, com seus poucos recursos.

O autor fala também da questão da construção da sociedade moderna sobre o alicerce da insegurança, o que leva Sposito (2003) a afirmar que, diante das dificuldades, não se encontram muitas alternativas de enfrentamento das desigualdades que se multiplicam.

Análise dos Dados

A pesquisa realizada possibilitou ampliar o conhecimento sobre o Comitê da Paz do Bairro da Penha, sendo que, em nossas observações cotidianas nas ações do Comitê, como treinamentos, reuniões, eventos, constatamos que a comunidade conta com a participação sistemática das lideranças idosas, e isso nos leva a traçar conjecturas relacionadas com o possível interesse dessas lideranças em obterem melhores espaços para sua realização pessoal, do que lhes oferece o ambiente doméstico. É fato que os idosos participantes do Comitê têm grande inserção na comunidade; daí, terem sido convidados a participar do Comitê, pelo poder público, mas uma investigação *a posteriori* dos aspectos sociológicos relacionados ao Projeto Comitê da Paz poderia contribuir para uma melhor compreensão acerca desses fatos.

A participação nas atividades do Comitê, principalmente para as mulheres, revela novos rumos para suas vidas, como alternativa à sobrecarga de seus problemas familiares. Nas observações, em relação a suas atividades, agem diferentemente do que ocorre

normalmente com os homens que rechaçam muitos compromissos de trabalho, de reuniões, uma vez que isso significa mais obrigações que vantagens propriamente.

Nos dados levantados, podemos observar que 10% dos idosos apresentam instrução até o terceiro grau, sendo 30% analfabetos completos ou funcionais. Esses dados foram considerados como importantes, pois explicitam a socialização que é propiciada às diferentes pessoas de diferentes procedências socioeconômicas e nível cultural e instrucional. Sendo que os idosos que apresentavam baixa autoestima ou dificuldades em suas relações, com o passar do tempo e sua participação no Projeto, foram se transformando e melhoraram consideravelmente.

O entendimento, expresso na documentação pesquisada, e observado na maioria dos idosos, é de que obtiveram ganhos com a participação no Comitê, entendidos estes como maior participação social, mais poder de decisão, de liderança, de mais e melhor convivência, maior satisfação pessoal, ampliação de seu senso de pertencimento à comunidade e da capacidade para intervir no seu meio, mediando conflitos e construindo uma cultura de valorização da vida e da paz. O que leva à afirmação de que a liderança para eles não é assumida como obrigação, mas, sim, também como gratificação.

A totalidade da liderança reconhece a Metodologia Participativa como aporte para o desenvolvimento da participação social. Podemos observar que a participação é uma construção, e que é demonstrado no conceito de “Zona de desenvolvimento proximal”, de Vigotsky (2009), que pressupõe a existência de um espaço entre os conhecimentos que estão em construção, consolidando-os na prática pedagógica da natureza coletiva, compartilhada e solidária, em que o respeito aos saberes heterogêneos potenciais se revelam, ampliam e permitem a percepção de novos caminhos e possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento, levando em conta o meio social, a utilização de instrumentos culturais e a interação dos indivíduos em seu entorno.

É possível considerar que houve mudanças na vida dos idosos participantes do Comitê, uma vez que se esqueceram de suas enfermidades e problemas e se dedicaram aos companheiros do grupo, buscando ajudá-los; também conseguiram aprendizagem, crescimento como pessoa, além do desenvolvimento de sua consciência crítica e de sua participação social e ampliação de sua atividade na comunidade, visando a fortalecer e disseminar a cultura da participação democrática, da tolerância e da Paz.

Podemos concluir que a participação dos idosos no desenvolvimento das atividades, que são realizadas no Comitê da Paz, tem propiciado o desenvolvimento dos mesmos e tem ajudado muito na busca de soluções pacíficas, de mediações de conflitos e de ponte entre a equipe técnica e os moradores do bairro, de modo que se confirma a importância de seu papel enquanto fomentadores da Cultura da Paz.

O nível de satisfação demonstrado pelos idosos no desenvolvimento das atividades, nas reuniões, no bairro, permite afirmar que o trabalho do Comitê da Paz já consegue dar sinais de produção de transformações importantes nos participantes em relação a sua participação social, autonomia, utilização de seu tempo livre e no exercício de sua cidadania, aspectos que, sem dúvida, representam uma melhoria em sua qualidade de vida.

Dessa forma, é possível afirmar que as lideranças dos Comitês da Paz conseguiram se apropriar de conhecimentos para relacionar a teoria à prática, o individual ao social e tiveram oportunidades de debates e de reflexão crítica sobre a realidade concreta em que vivem, fortalecendo sua capacidade de intervir na criação de uma convivência social e pacífica e de um ambiente de paz nas famílias, com a valorização do diálogo e respeito às diferenças como mediadores na convivência cotidiana e nas relações sociais.

Considerações Finais

Esta pesquisa pretendeu apreender o cotidiano de uma dada realidade social, no caso o Comitê da Paz de Bairro da Penha, buscando a reflexão quanto ao trabalho desenvolvido pelos idosos, se este vem apresentando resultados que sejam significativos para o enfrentamento da violência local, sem pretensão de esgotar o tema.

A pretensão, assim, é a obtenção de dados que mostrem com maior fidedignidade possível o que trouxe a implantação do Comitê da Paz para os idosos do Bairro da Penha. Se houve a transformação da cultura da violência para a Cultura da Paz.

O que se constatou é que, de fato, esta “imersão” na Cultura da Paz, via capacitação, construção de eventos e nas reuniões para debates, estudos, trouxe mudanças na vida destes idosos, que, a partir daí, mesmo já tendo boa inserção social no bairro, se sentiram mais empoderados, como os “refazedores” de novos caminhos rumo a uma sociedade mais justa, mais harmônica, onde se pode viver sem medo da violência.

Analisando os dados obtidos na pesquisa, pode-se afirmar que está havendo um grande esforço dos idosos na busca por esta construção coletiva, mas se pode perceber que este é um caminho longo, que precisa ser construído com tolerância, respeito à diversidade de pensamentos, crenças, ideologias, modo de vida, pois não é uma construção solitária, mas precisa para lograr êxito, que seja feita por várias mãos que, segundo Lodovici & Silveira (2011), precisa ser desenvolvido por sujeitos capazes de refletir criticamente a realidade que vivem, na sua diversidade simbólica e na sua relatividade tão complexa.

A pretensão quando da construção deste estudo não foi a de apresentar a conclusão efetiva, mas buscar lançar alguma luz para um entendimento maior, a partir do que possam surgir novos questionamentos, novas reflexões e possibilidades para que, de fato, se efetive o processo de construção e consolidação de Políticas em que o Estado Democrático de Direito consiga efetivar a cidadania, a vida com mais dignidade e menos violência.

Entendendo que, no exercício democrático, as responsabilidades devem ser exercidas por todos, na busca pela efetivação dos direitos fundamentais e concretização da cidadania, ocorre, dessa forma, um processo de democracia participativa na qual, se garantirá a eficácia das Políticas Públicas, entre elas, a da Segurança.

Hoje em nossa sociedade, não se pode exercer a condição de cidadão sem a devida efetivação dos direitos sociais através de Políticas Públicas, que devem estar comprometidas com a coletividade, recriando o espaço público e tornando possível a ligação do princípio da igualdade política com o da participação popular em prol do interesse comum que, no caso, é uma vida com mais paz, menos violência. É justamente este processo que este estudo busca demonstrar, entendendo a participação popular como elemento fortalecedor da cidadania e efetivador do caminho para uma vida com mais paz, mais justiça social.

É importante também a compreensão de que se faz necessária a intervenção de profissionais comprometidos com o trabalho, que coloquem suas energias para a criação e implementação de metodologias de trabalho que objetivam um constructo social, em que haja mais paz, menos violência e mais respeito ao outro.

Isso tem ocorrido, como por exemplo, com a implementação da Metodologia Participativa, que vem sendo desenvolvida e tem apontado que a direção escolhida está no rumo certo, visto que o trabalho dos idosos do Bairro da Penha tem buscado a inovação, criando e trabalhando numa dimensão dialógica e democrática, em que todos os

envolvidos no processo da construção da Cultura da Paz vão amalgamando esta nova cultura, num caminhar para que, um dia, enfim, se possa viver em paz, sem violência, com cidadania.

Então, o que, de fato, até o momento se modificou ou tem-se modificado nas vidas dos idosos e na da comunidade, ainda é de caráter preliminar para ser apontado como resultado, como um processo concluído, mas já é possível indicar que o uso da Educação não formal no enfrentamento da violência e construção de uma Cultura da Paz, na ótica de seus próprios agentes, os idosos, tem mostrado que vale a pena insistir neste trabalho que se constrói pela base, mudando a cultura, mesmo que mais lentamente; de fato, é muito mais efetivo.

Então, os primeiros resultados revelam que, apesar das dificuldades para a implementação de trabalho que busca potencializar ações para possibilitar a mudança cultural da cultura da violência para a Cultura da Paz, esta construção é possível. Mesmo em curto prazo, já se pode sentir na atitude dos moradores do bairro e dos idosos, sujeitos do processo, que há um acentuado aumento da autoestima e uma melhoria nas relações interpessoais. Só o tempo poderá mostrar se esta construção que, passo a passo, vem-se efetivando no bairro do Município de Vitória (ES), de fato, se concretizou, mas o caminho percorrido leva a apostar nos resultados positivos, para a efetiva construção da Cultura da Paz e na esperança de que a vontade política continue a alavancar esta proposta.

Referências

Abramovay, M. & Castro, M.G. (2002). *Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social: desafio para políticas públicas*. Unesco: Brasília (DF): BID.

Bordenave, J.E.D. (1983). *O que é participação*. São Paulo (SP): Brasiliense.

BRASIL. (1994). Ministério da Previdência e Assistência Social do. Secretaria de Assistência Social. *Política Nacional do Idoso. Lei 8.842*. Brasília (DF).

_____. (2003). *Estatuto do Idoso. Lei 10.741*. Brasília (DF): MPAS, SAS.

Carstensen, L.(1995). *Motivação para o contato social ao longo do curso da vida: Uma teoria de seletividade socioemocional*. São Paulo (SP): Papyrus.

Castel, R. (1998). *As metamorfoses da questão social*. Rio de Janeiro (RJ): Vozes.

Chauí, M. (1994). *Convite à Filosofia*. São Paulo (SP): Ática.

- Dagnino, E. (2002). Sociedade civil e espaços públicos e a construção democrática do Brasil: Limites e possibilidades no Brasil. In: _____(Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo (SP): Paz e Terra.
- Dubet, F. (2001). *As desigualdades multiplicadas*. In: *Rev. Bras. Educ.*,17.
- Dushiade, M.P. (1999). População Brasileira: Um retrato em Movimento. In: Minayo, M.C. *Os muitos Brasis: Saúde e Pop. na Década de 80*. Rio de Janeiro (RJ): Hucitec.
- Fehlberg, M.da P.A. (2003). *Mantendo a Memória viva*. Aracruz (ES): Fundação São João Batista.
- Fefferman, M. (2005). *Vidas Arriscadas*. São Paulo (SP): Vozes.
- Freire, P. (2008). *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo (SP): Paz e Terra.
- Gramsci, A. (2004). *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro (RJ): Civilização Brasileira.
- IBGE (2010). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sínt. Indic. Sociais*. Brasília (DF): IBGE.
- Lodovici, F.M.M. & Silveira, N.D.R. (2011, dez.). Interdisciplinaridade: Desafios na construção do conhecimento gerontológico. *Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento*, 16(2): 291-306. Porto Alegre (RS): UFRGS.
- Maciel, P.; Fehlberg, M.P.A.; Berger, E.A.B. & Santos, R.F. (2003). *Manual do Curso Cuidador de Idosos*. Vitória (ES): SEST/SENAT.
- Milani, F.M. & Jesus, R.D.P. (2003). *Cultura da paz: estratégias, mapas e bússolas*. Salvador (BA): INPAZ.
- Netto, M.P. & Ponte, J.R. (1996). Envelhecimento: Desafio na Transição do Século. In: Netto, M.P. *Gerontologia*. São Paulo (SP): Atheneu.
- ONU. *Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz*. Recuperado em 01 maio, 201, de: www.comitepaz.org.br/dec_prog_1.htm
- Pochmann, M. (2004). Juventude em busca de novos caminhos. In: Novaes, R. & Vannuchi, P. (Orgs.). São Paulo (SP): Editora Fundação Perseu Abramo.
- Pastorini, A. (2004). *A categoria “questão social” em debate*. São Paulo (SP): Cortez.
- Tragtenberg, M. (2004). *Sobre educação, política, sindicalismo*. São Paulo (SP): Unesp.
- Rogers, C.R. (1978). *Grupos de Encontros*. São Paulo (SP): Moraes.
- Silva, H.B. (1996). *Método Construtivista Libertador*. Rio de Janeiro (RJ). (s/ed.).
- _____. (2006). *Preparação para aposentadoria: lições de ensinar e aprender fazendo*. Serra (ES): CST.
- Sposito, M.P. (2003). *Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas*. São Paulo (SP): Ação Educativa.
- Vitória. Prefeitura Municipal de. (2006). Secretaria de Segurança Urbana. *Projeto Vitória da Paz*.
- Vigotsky. Recuperado em 03 dezembro, 2009, de: <http://www.monografia.com/trabajos14/vigotsky.shtmlp.1-3>

Recebido em 02/05/2012

Aceito em 30/06/2012

Maria da Penha Almeida Fehlberg - Assistente Social; Mestra em Teologia, pela Faculdade EST, Doutoranda em Sociologia, na Faculdade IUPERJ. Docente e Pesquisadora do Curso de Serviço Social, da Faculdade Metodista do Espírito Santo.
E-mail: penhafehlberg@gmail.com